

Relatório do Balanço Social

Serviços e Organismos da Educação e Ciência

2015



Ficha Técnica

Título

Relatório do Balanço Social - Serviços e Organismos da Educação e Ciência - 2015

Data de finalização

Junho 2016

Endereço

Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Av. 5 de Outubro n.º 107

1069 018 Lisboa

Telefone: +351 217811600

Fax: +351 217975020

URL: <http://www.sec-geral.mec.pt>

Índice

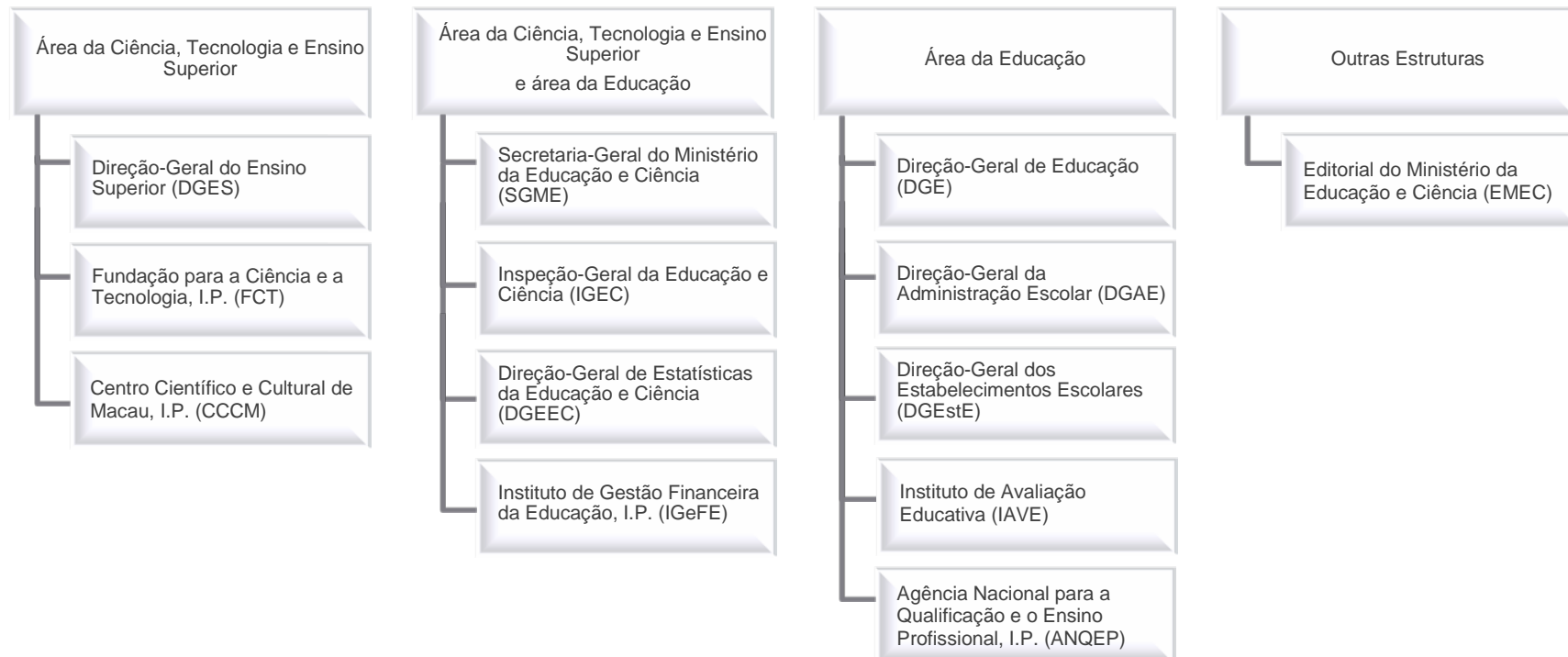
1. Nota introdutória.....	3
2. Recursos humanos	5
Distribuição.....	5
Carreira e vínculo	6
Género	8
Escalão etário.....	9
Antiguidade	10
Nível de escolaridade.....	11
Portadores de deficiência.....	11
Saídas	12
Regimes de horário	12
Trabalho suplementar	13
Ausências.....	15
3. Remunerações e encargos com recursos humanos	16
4. Formação profissional	17
5. Principais indicadores do balanço social.....	20
6. Considerações finais	22

1. Nota introdutória

O balanço social é um instrumento de planeamento e gestão de recursos humanos, inserido no ciclo anual de gestão. A análise dos indicadores aferidos com base neste instrumento permite caracterizar os recursos humanos da organização, viabilizando uma administração mais racional dos recursos disponíveis.

A Secretaria-Geral da Educação e Ciência (SGEC) apresenta, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, o balanço social dos serviços e organismos da área governativa da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação, com mais de 50 trabalhadores.

Serviços e organismos das áreas governativas considerados no presente relatório



2. Recursos humanos

Distribuição

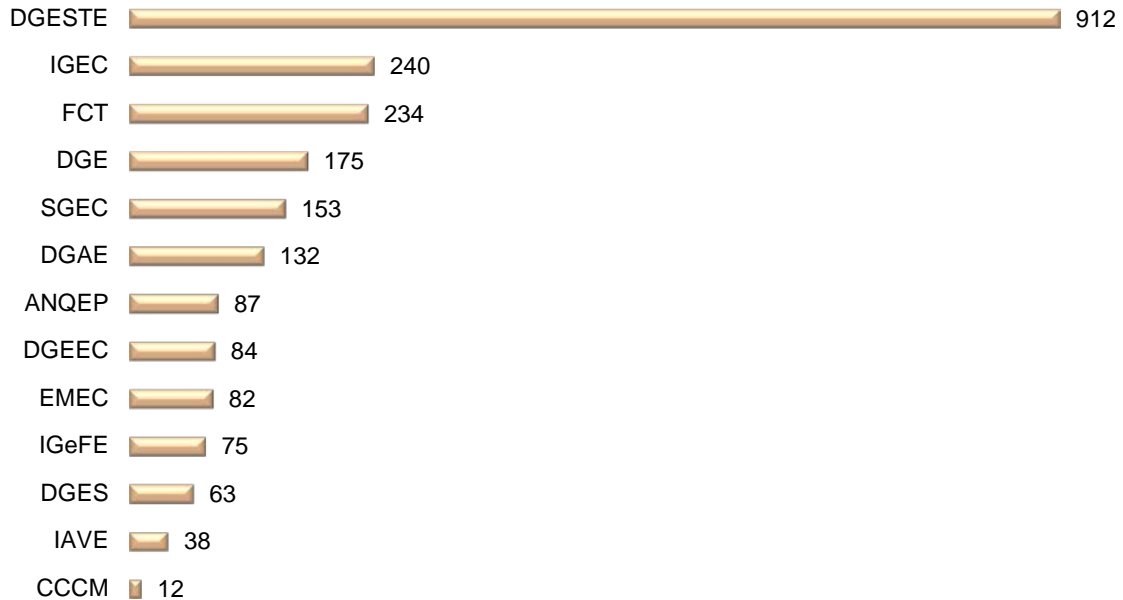
Em 31 de dezembro de 2015, estavam em efetividade de funções 2.287¹ trabalhadores distribuídos pelos serviços e organismos conforme quadro infra.

Trabalhadores por serviço ou organismo e categoria

Organismo / Categoria	ANQEP	CCCM	DGAE	DGE	DGEEC	DGES	DGEsTE	EMEC	FCT	IAVE	IGEC	IgeFE	SGEC	TOTAL
Dirigente superior de 1º	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	12
Dirigente superior de 2º	1		1	2	2	1	1	1	3	2	2	2	2	20
Dirigente intermédio de 1º	2		6	5	4	3	5	1	5	2	2	6	10	51
Dirigente intermédio de 2º	5	1	3	6	5	2	1	3	2		2	8	2	40
Dirigente intermédio de 3º								2						2
Técnico superior	55	2	39	70	50	39	273	15	161	9	12	30	73	828
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	10	5	9	24	10	13	130	52	47	9	30	18	43	400
Assistente operacional, operário, auxiliar	4	2	1	3		3	61	8	7		5	1	12	107
Informático	3		1	2	5	1	12		8	3	3	1	10	49
Pessoal de inspeção											183			183
Pessoal de investigação Científica		1												1
Educ. infância e doc. do Ens. Básico e Secundário	6		71	62	7		82			12		8		248
Téc. diagnóstico e terapêutica							2							2
Outro pessoal de segurança							344							344
Total	87	12	132	175	84	63	912	82	234	38	240	75	153	2287
% do total	4%	1%	6%	8%	4%	3%	40%	4%	10%	2%	10%	3%	7%	100%

¹ Em alguns quadros da DGEsTE foram incluídos 344 trabalhadores da categoria "Outro pessoal de segurança", totalizando 912 trabalhadores, enquanto noutros quadros não existe informação necessária sobre os referidos trabalhadores, totalizando somente 568 trabalhadores.

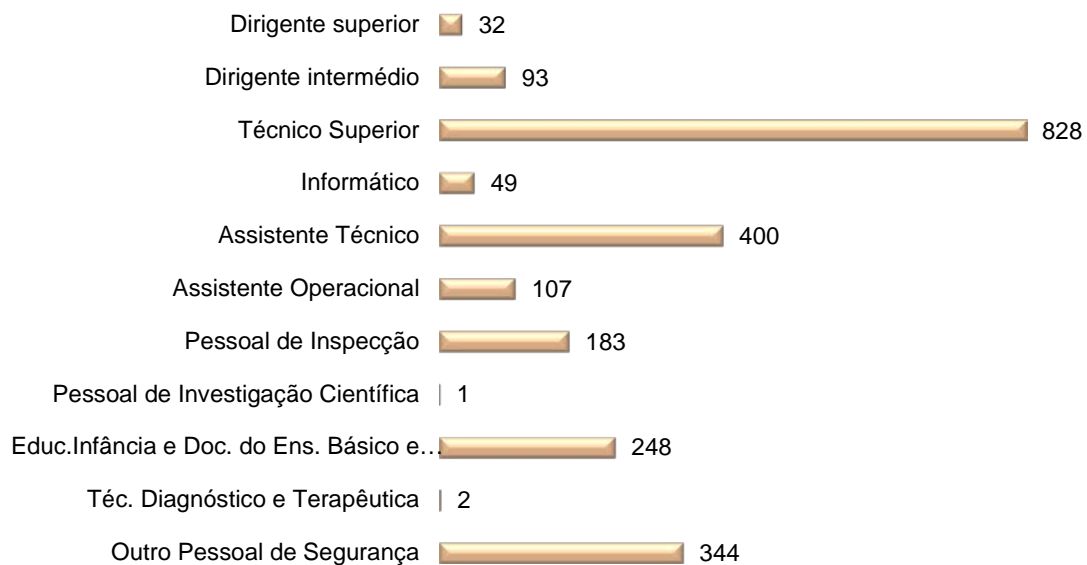
Trabalhadores por serviço ou organismo



Constata-se que existe uma distribuição diferenciada dos recursos humanos pelos serviços e organismos, sendo que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares detém 39,9% do total dos trabalhadores.

Carreira e vínculo

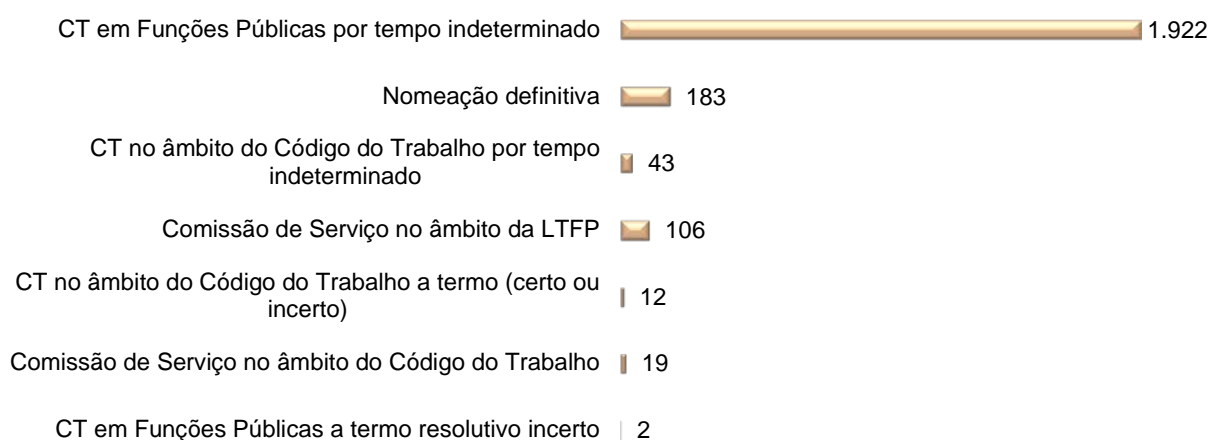
Total de trabalhadores por carreira



Analisando a distribuição dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, verifica-se uma maior representação das carreiras de técnico superior, assistente técnico e outro pessoal de segurança, que em conjunto totalizam 68,7% do total dos trabalhadores.

A taxa de enquadramento de dirigentes é de 5,5% e o rácio de efetivos por dirigente é de 18,3.

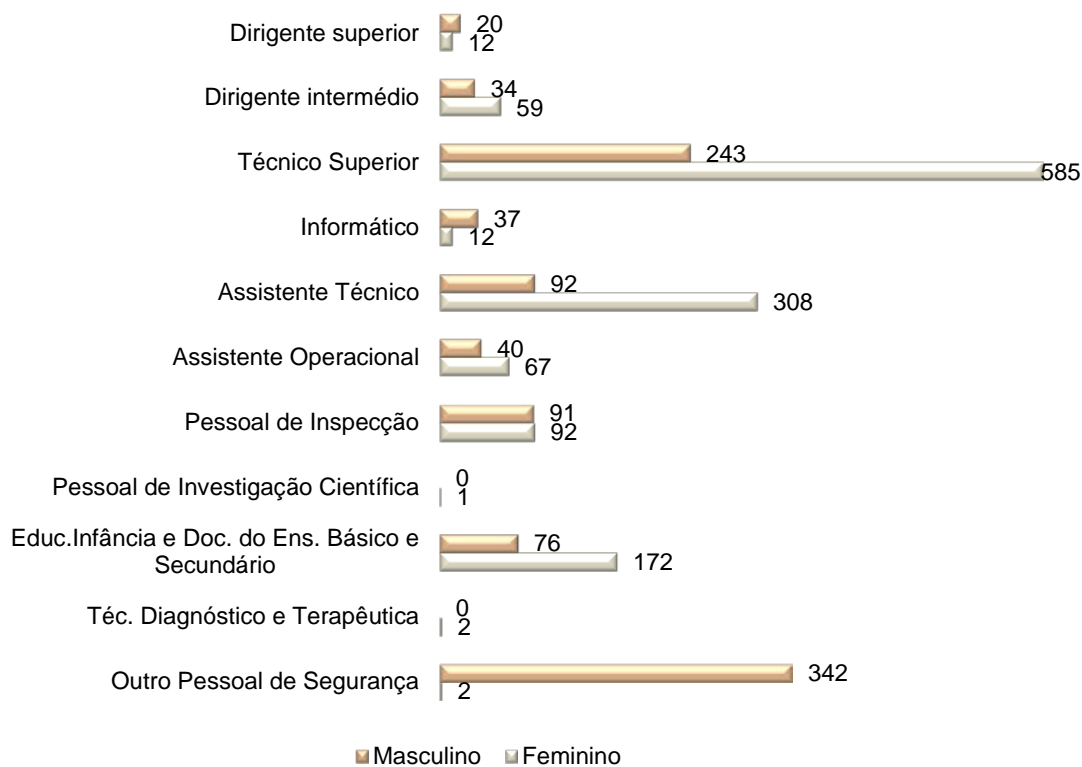
Trabalhadores segundo a modalidade de vinculação



Como se pode verificar pela leitura do gráfico relativo à distribuição dos trabalhadores de acordo com o vínculo laboral, a maioria dos trabalhadores, 84%, encontram-se em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Género

Número de trabalhadores por grupo/cargo/carreira e género

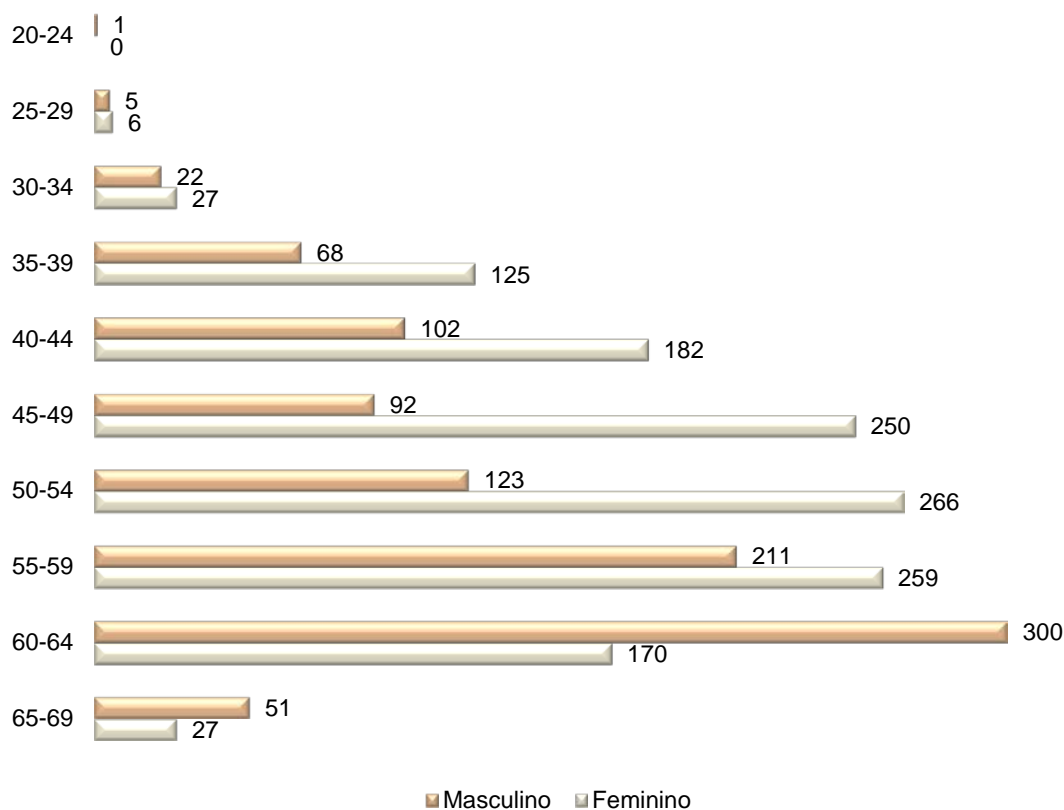


Constata-se uma ligeira predominância do género feminino, 1.312 em 2.287 trabalhadores, que se traduz numa taxa de feminização de 57,4%. Esta realidade é mais notória nas carreiras de técnico superior e de assistente técnico, bem como nos cargos dirigentes intermédios.

No caso dos dirigentes superiores constata-se que 62,5% são do género masculino e 37,5% são do género feminino. A taxa de enquadramento dos dirigentes do género feminino é de 3,1%.

Escalão etário

Número de trabalhadores por escalão etário e género



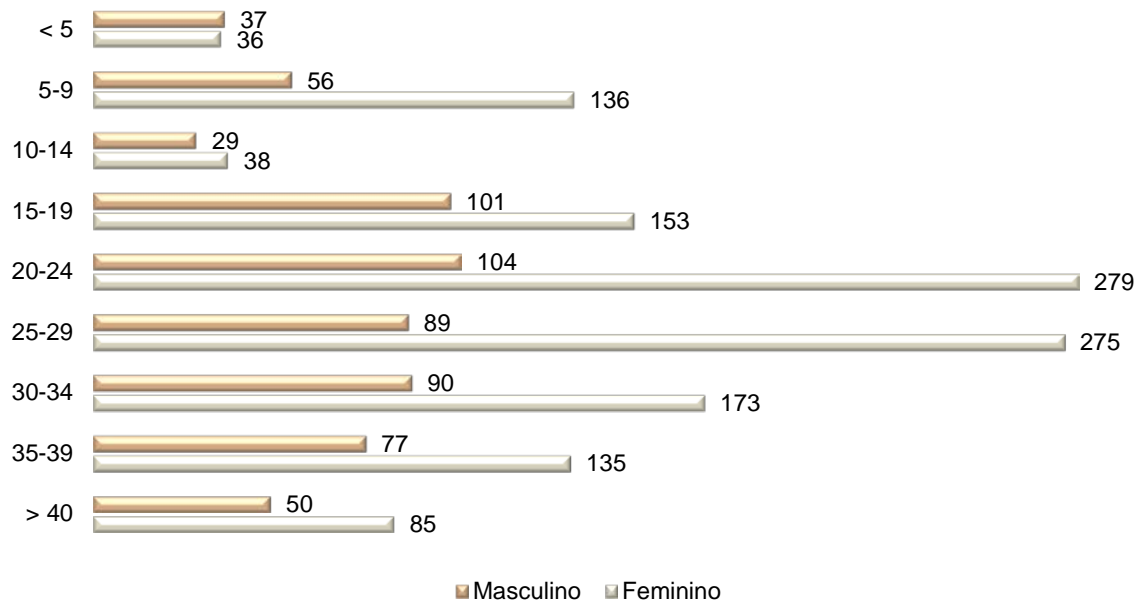
O nível médio de idade dos trabalhadores é de 52 anos, 50 anos para as mulheres e 54 anos para os homens.

O índice de envelhecimento (número de trabalhadores com idade superior a 55 anos) é de 44,8%, mais 1,8% em relação ao ano anterior, 34,2% para as mulheres e 58,2% para os homens.

Um total de 548 trabalhadores, cerca de 24%, tem 60 ou mais anos de idade o que, previsivelmente, determina a diminuição na mesma grandeza do número de trabalhadores, por via da reforma, num horizonte temporal de 5 anos. Se considerarmos um horizonte temporal de 10 anos, será expectável uma diminuição de 45% dos trabalhadores atualmente em funções.

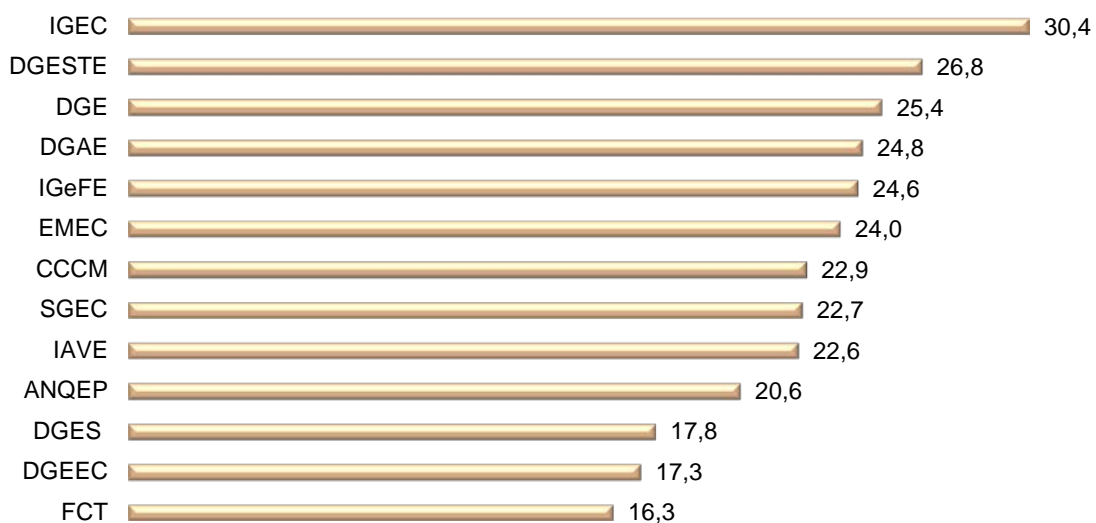
Antiguidade

Número de trabalhadores por escalão de antiguidade e género



O nível médio de antiguidade dos efetivos é de 24 anos, 24,2 para as mulheres e 23,8 para os homens. No que concerne à estrutura de antiguidade, as faixas de antiguidade dos 20 aos 24 e dos 25 aos 29 anos são as que reúnem maior número de trabalhadores.

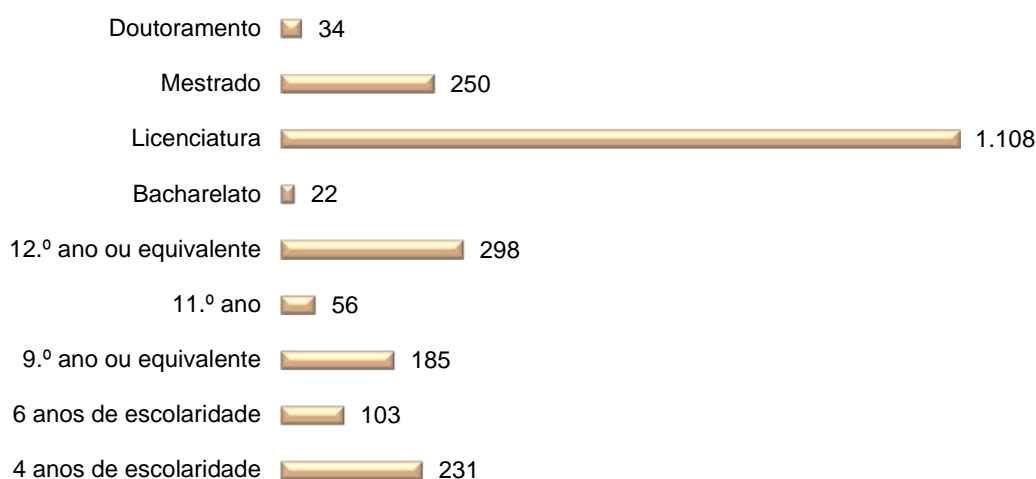
Média de antiguidade dos trabalhadores por serviço ou organismo



A média de antiguidade dos trabalhadores dos serviços e organismos é de 24 anos, com variações de +6,4 anos, no caso da IGEC e -7,7 anos, na FCT.

Nível de escolaridade

Trabalhadores segundo o nível de escolaridade



Os licenciados são o grupo com maior representatividade, 48,4% do total de trabalhadores considerados.

Os trabalhadores com o 11º e 12º ano de escolaridade ou equivalente são o segundo grupo com maior representatividade, cerca de 15,5% do total, seguidos pelos trabalhadores com mestrado, que representam 10,9% de todos os trabalhadores.

O índice de tecnicidade (sentido lato) é de 62,8% (mais 1,3% do que em 2014) e a taxa de habilitação superior é de 61,8% (mais 1,6% do que em 2014).

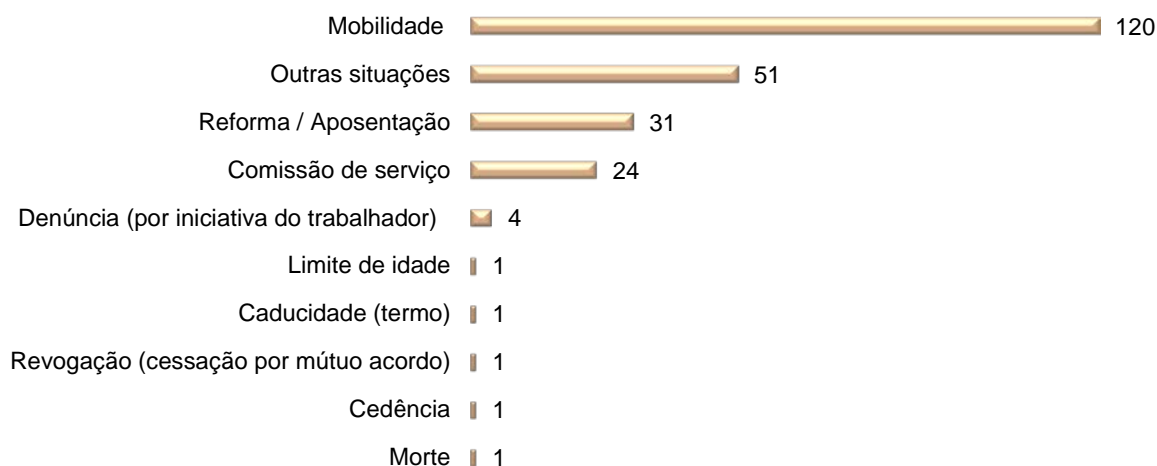
Portadores de deficiência

O número de trabalhadores portadores de deficiência a exercer funções durante o período em análise, foi de 80, o que representa 3,5% do total de efetivos.

É, ainda, de referir que 4 entidades, DGAE, DGE, DGEsTE e SGEC possuem 66,3% da totalidade dos trabalhadores com deficiência.

Saídas

Número de saídas por motivo

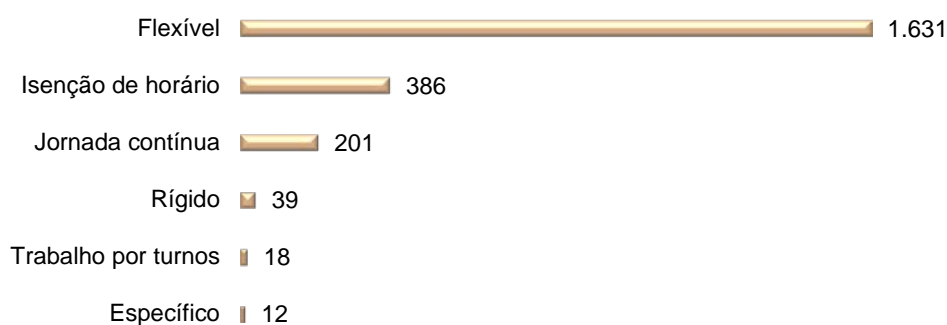


Assistiu-se à saída de 235 trabalhadores nos serviços e organismos, o que representa uma taxa de saída de 10,3%. A taxa de reposição, que consiste na relação do número de trabalhadores admitidos versus o número de saídas, foi de 87,7%. Estes valores vão de encontro à política de diminuição do número de efetivos na administração pública. A taxa de rotatividade (*Turnover*) atingiu 82,7%.

Regimes de horário

As modalidades de horário de trabalho praticadas, no período em análise, foram o horário flexível, a jornada contínua, a isenção de horário, o horário rígido, o trabalho por turnos e o horário específico, conforme distribuição representada:

Número de trabalhadores por modalidades de horário

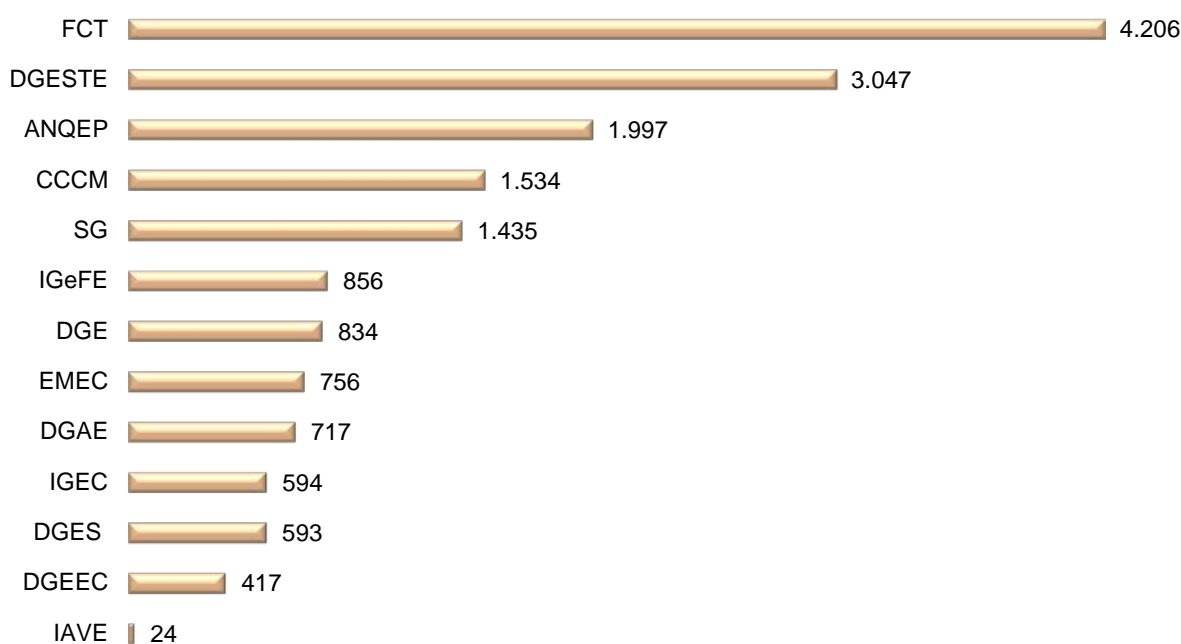


A maioria dos trabalhadores (71,3%) pratica horário flexível, cerca de 16,9% dos trabalhadores tem isenção de horário e 8,8% cumpre jornada contínua.

Trabalho suplementar

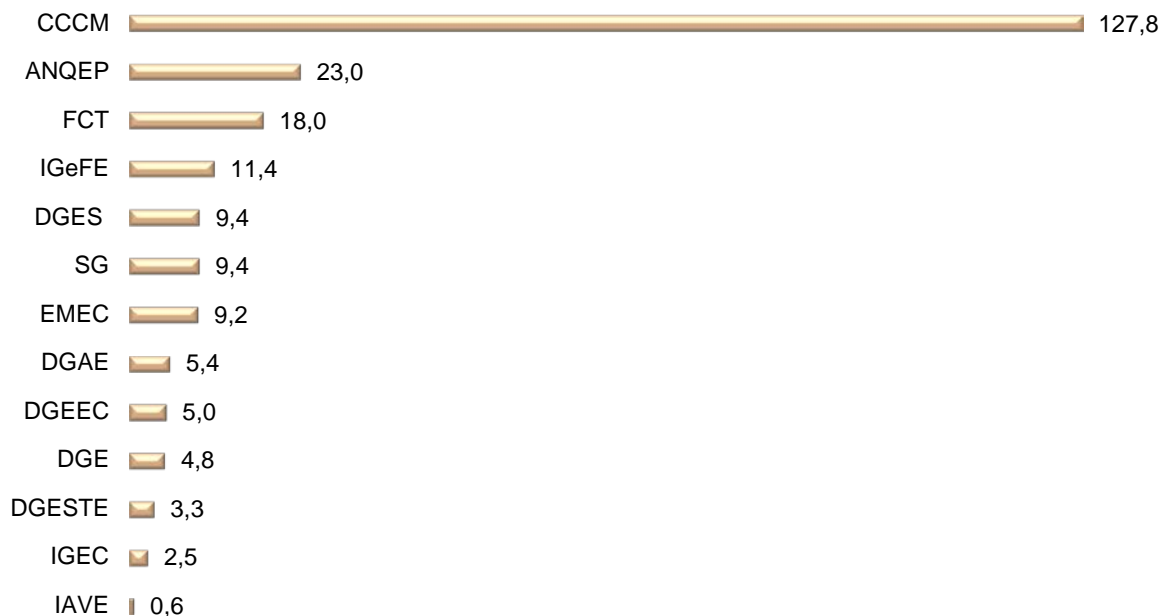
No período em análise, recorreu-se a trabalho suplementar diurno, trabalho suplementar noturno, trabalho em dias de descanso semanal obrigatório, a trabalho em dias de descanso semanal complementar e a trabalho em dias feriados, que atingiram um total de 17.009 horas, o que corresponde a uma taxa de utilização de trabalho suplementar de 0,34%. Este valor representa um decréscimo de 0,4% em relação a 2014.

Número total de horas de trabalho suplementar, por serviço ou organismo



A FCT e a DGEsTE totalizam 42,6% do total de trabalho suplementar dos serviços e organismos.

Número médio de horas de trabalho suplementar por trabalhador, por organismo



Em média, os trabalhadores executaram 17,7 horas de trabalho suplementar por ano, não sendo esta distribuição uniforme entre as entidades consideradas.

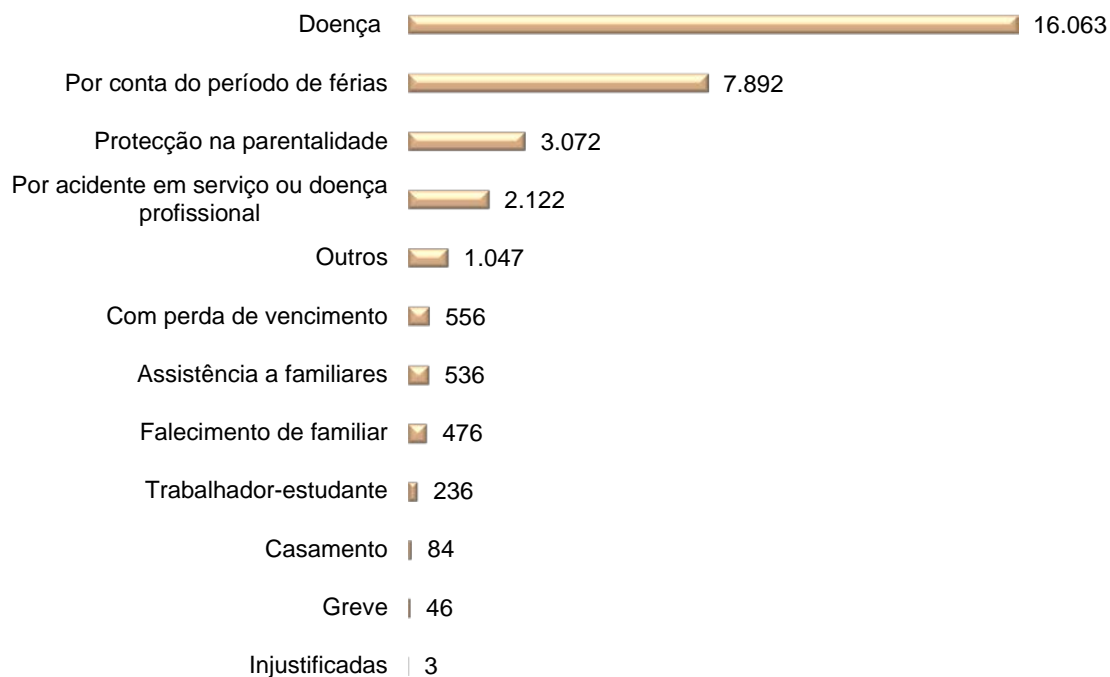
Assim, o CCCM apresenta 127,8 horas por trabalhador, isto é, mais 104,8 que o serviço com o segundo maior índice, a ANQEP, com 23 horas/trabalhador, enviesando a estatística global e a média.

Podem observar-se 4 *clusters*:

- CCCM com 127,8 horas/trabalhador;
- ANQEP e FCT perto das duas dezenas de horas/trabalhador;
- IGeFE, DGES, SGEC e EMEC perto da dezena de horas/trabalhador;
- Os restantes abaixo de 5,5 horas/trabalhador.

Ausências

Número total de dias de ausência ao serviço e por motivo



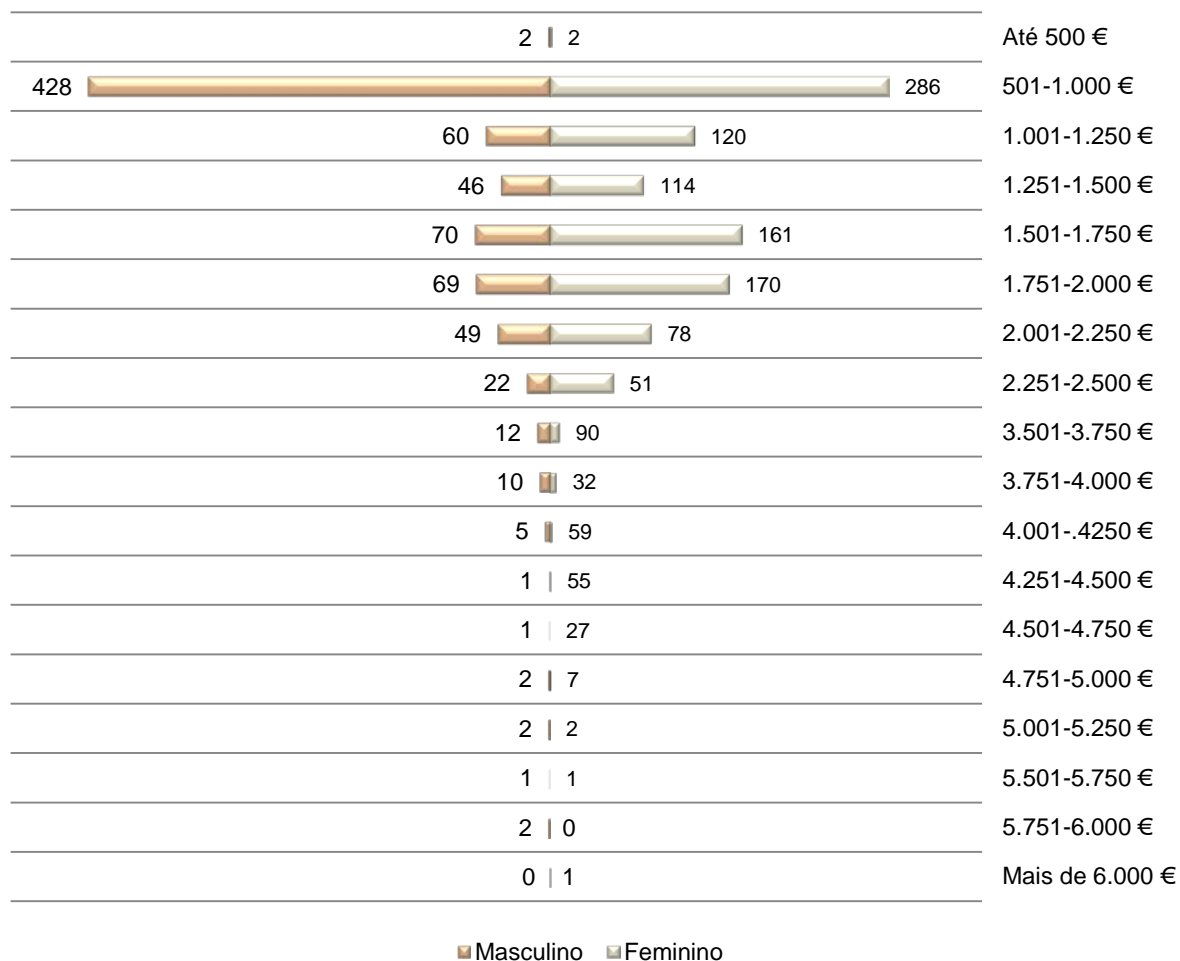
O número total de dias de ausência foi de 32.132 dias, o que representa uma taxa de absentismo de 6,1% (mais 0,6% que no ano anterior). A doença é o motivo com maior peso, 50%, seguido das faltas por conta do período de férias e por protecção na parentalidade. Estes três tipos de faltas representam 84% da totalidade das ausências registadas.

Relativamente à análise do absentismo verifica-se que, em média, cada trabalhador faltou 14 dias por ano e a análise por género, demonstra que, em média, os homens faltaram 9,2 dias por ano, enquanto as mulheres faltaram 17,7 dias, essa diferença é mais notória nas faltas por protecção na parentalidade, na assistência a familiares e nas faltas por conta do período de férias.

Durante o período em análise registaram-se 46 ausências por greve e 3 ausências injustificadas.

3. Remunerações e encargos com recursos humanos

Estrutura remuneratória por género



Cerca de um terço dos trabalhadores (32,4%) auferem remunerações do escalão “501-1000€”. Este escalão abrange 742 trabalhadores, 314 dos quais são do género feminino e 428 do género masculino.

A remuneração mínima auferida foi de 457,7€, atribuída a 1 trabalhador do género masculino e a máxima foi de 6.179,6€, atribuída a 1 trabalhador do género feminino (incluindo pessoal dirigente).

O leque salarial ilíquido, valor que indica o número de vezes que o salário máximo é superior ao salário mínimo, é de 13,5, incluindo dirigentes, o que reflete uma amplitude do leque salarial ilíquido de 5.721,8€, incluindo dirigentes.

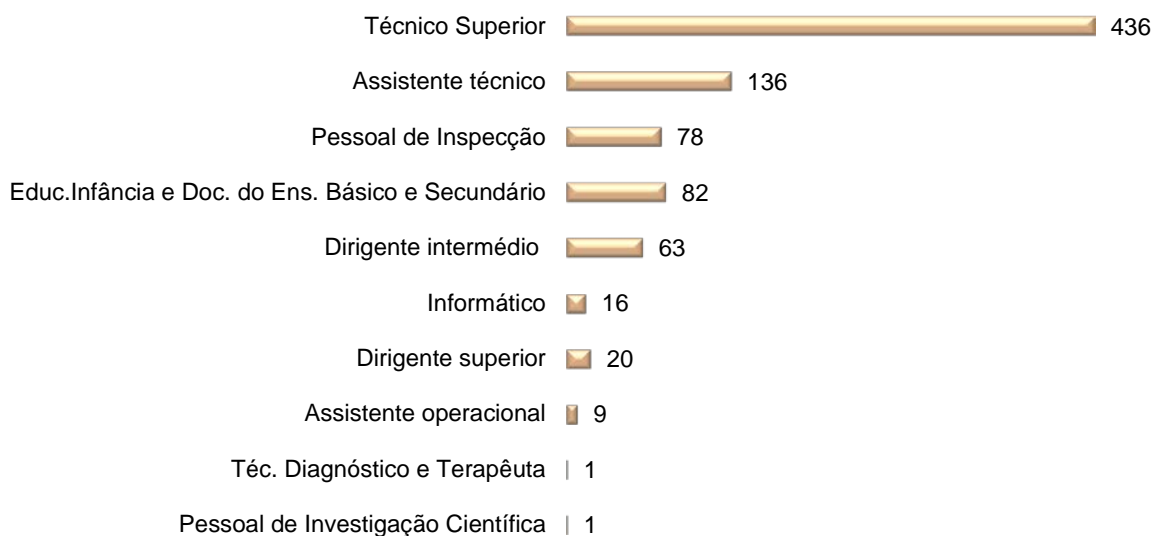
4. Formação profissional

Número de participações por duração das ações de formação



Durante o período em análise foram proporcionadas 2.074 participações em ações de formação (menos 493 relativamente a 2014), das quais 9.996 foram ações de formação internas e 1.078 ações de formação externas.

Número de participantes por grupo/cargo/carreira



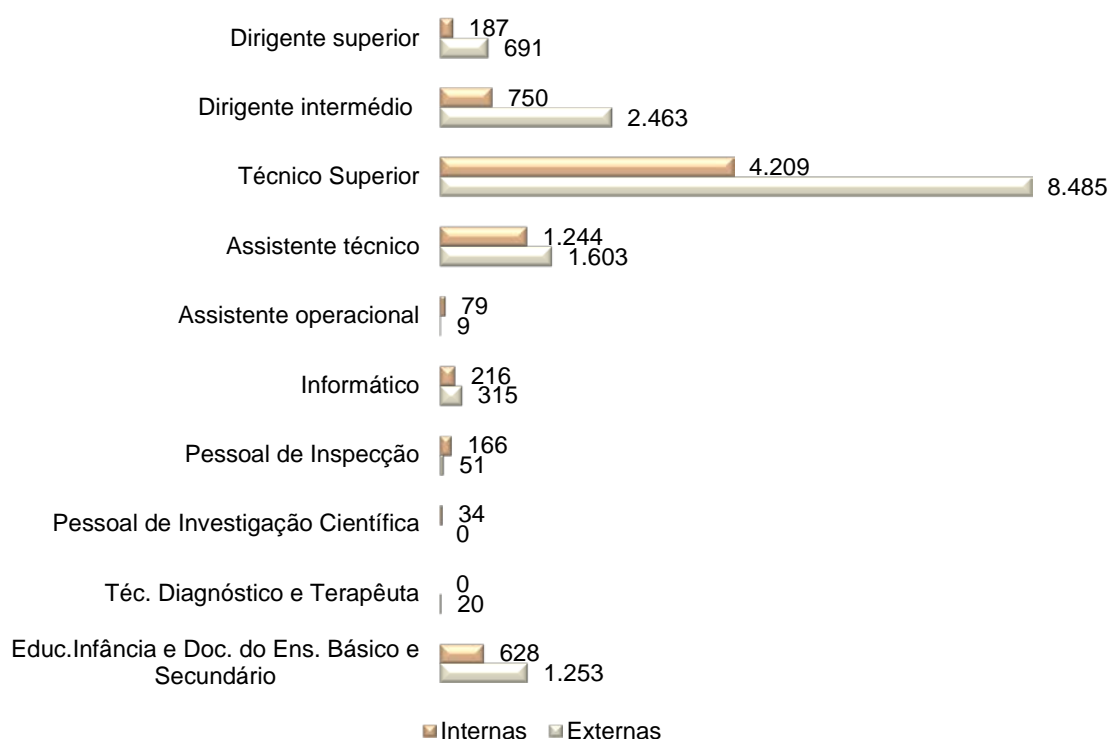
A taxa de formação profissional foi de 36,8%, o que representa um decréscimo de 6,8% comparativamente ao ano anterior, e envolveu trabalhadores de todos os grupos/cargos, exceto do Outro Pessoal de Segurança. 51,8% dos participantes são da carreira técnico superior, o que se explica por ser o grupo com maior número de trabalhadores.

Número de participantes em ações de formação por serviço ou organismo

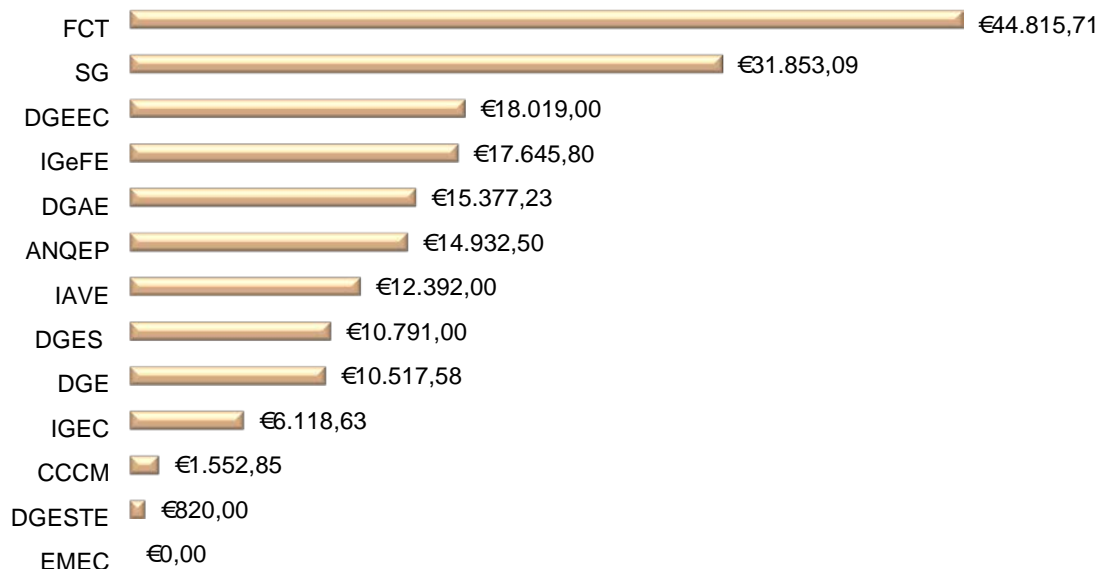
Categoria	ANQEP	CCCM	DGAE	DGE	DGEEC	DGES	DGEsTE	EMEC	FCT	IAVE	IGeFE	IGEC	SGEC
Dirigente superior	1		2		3	1				2	6	2	3
Dirigente intermédio	2		9	7	8	2	1		5	1	14	2	12
Técnico superior	11	2	26	9	34	26	66		116	3	57	9	77
Assistente técnico	3	1	2		4	13	8	2	22		27	5	49
Assistente operacional						1			1			1	6
Informático				1	2		1		4				8
Pessoal de inspeção												78	
Pessoal de investigação científica		1											
Téc. Diagnóstico e Terapeuta							1						
Educ. infância e Doc. Ens. Básico e Secundário			43	6	3		19			1	10		
Total	17	4	82	23	54	43	96	2	148	7	114	97	155

Os trabalhadores usufruíram, cumulativamente, de 22.401 horas de formação profissional, 14.889 externas e 7.512 internas, distribuídas de acordo com o gráfico apresentado.

Número de horas despendidas em formação por grupo/cargo/carreira



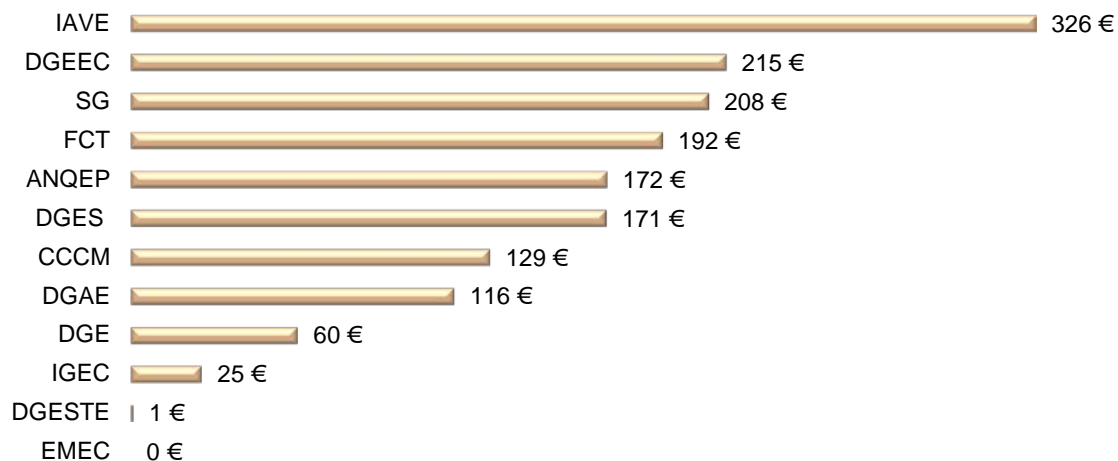
Custos totais da formação por serviço ou organismo



O custo total com ações de formação, pelos serviços e organismos, foi de 184.835,4€, dos quais 113.247€ foram despendidos com formação externa. A taxa de investimento em formação das entidades envolvidas foi de 0,30%, o que significa um decréscimo de 0,7% relativamente ao ano anterior.

Analisando a distribuição das despesas com formação, verifica-se que a FCT e a SGENC despenderam 41% dos custos totais com formação, sendo que existe uma grande disparidade nos gastos médios por participante, com variações entre 326€ no IAVE e a 0€ na EMEC.

Custos de formação por participante



5. Principais indicadores do balanço social

Indicador	Fórmula	2014	2015
Idade média	$\frac{\text{Somatório das idades}}{\text{Total de efetivos}}$	51,2	51,8
Índice de envelhecimento	$\frac{\text{Total de efetivos com idade superior a 55 anos} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	43%	44,8%
Taxa de enquadramento de dirigentes	$\frac{\text{Total de dirigentes} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	4,98%	5,5%
Rácio de efetivos por dirigente	$\frac{\text{Total de efetivos}}{\text{Total de dirigentes}}$	20	18,3
Taxa de enquadramento de dirigentes do género feminino	$\frac{\text{Total de dirigentes femininos} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	2,8%	3,1%
Taxa de feminização	$\frac{\text{Total de efetivos femininos} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	55,9%	57,4%
Nível médio de antiguidade	$\frac{\text{Somatório das antiguidades}}{\text{Total de efetivos}}$	23	24
Taxa dos assistentes técnicos	$\frac{\text{Total de assistentes técnicos} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	17,4%	17,5%
Taxa dos assistentes operacionais	$\frac{\text{Total de assistentes operacionais} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	4,98%	4,7%
Índice de tecnicidade (sentido lato)	$\frac{\text{Total de técnicos superiores + informáticos} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	61,5%	62,8%
Taxa de habilitação superior	$\frac{\text{Total de efetivos com bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	60,2%	61,8%
Taxa de habilitação secundária	$\frac{\text{Total de efetivos com 11º ou 12º ano} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	15,75%	15,5%
Taxa de habilitação básica	$\frac{\text{Total de efetivos com escolaridade } \leq \text{ao 9º ano} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	20%	22,7%
Taxa de emprego jovem	$\frac{\text{Total de efetivos com idade inferior a 35 anos} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	3,3%	2,7%
Taxa de admissões	$\frac{\text{Total de admissões} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	6,8%	9%
Taxa de saídas	$\frac{\text{Total de saídas} \times 100}{\text{Total de efetivos}}$	12,6%	10,3%

Indicador	Fórmula	2014	2015
Taxa de reposição	$\frac{\text{Total de admissões} \times 100}{\text{Total de saídas}}$	49,8%	87,7%
Índice de rotatividade	$\frac{\text{Total de efetivos a 31 dezembro} \times 100}{\text{Total inicial de efetivas} + \text{entradas} + \text{saídas}}$	78,3%	82,7%
Taxa de trabalho suplementar	$\frac{\text{Número total de horas extraordinárias} \times 100}{\text{Número de total de horas trabalháveis}}$	0,38%	0,34%
Taxa de absentismo	$\frac{\text{Total de dias ausência (s/ férias)}}{\text{Total dias potenciais de trabalho (dias úteis ano* total efetivos)}}$	5,5%	6,1%
Leque salarial ilíquido lato (incluindo dirigentes)	$\frac{\text{Maior remuneração base ilíquida}}{\text{Menor remuneração base ilíquida}}$	10,78	13,5
Amplitude do leque salarial ilíquido (incluindo dirigentes)	$\frac{\text{Maior remuneração base ilíquida}}{\text{Menor remuneração base ilíquida}}$	4.937,9€	5.721,8€
Taxa de participação na formação	$\frac{\text{Total de participantes em ações de formação} \times 100}{\text{Total de trabalhadores ao longo do ano}}$	43,6%	36,8%
Taxa de investimento em formação	$\frac{\text{Despesas com formação} \times 100}{\text{Total encargos com pessoal}}$	0,37%	0,3%

6. Considerações finais

Os dados e indicadores apresentados neste Balanço Social espelham o planeamento e a gestão de recursos humanos dos serviços e organismos das áreas governativas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação, ao longo de 2015.

Desta análise destaca-se o seguinte:

- A 31 de dezembro de 2015 existiam 2.287 trabalhadores em efetividade de funções;
- O índice de envelhecimento é de 44,8%, o que significa que dos 2.287 trabalhadores, 1.018 trabalhadores têm mais de 55 anos e, previsivelmente, passarão à reforma nos próximos 5 a 15 anos;
- A taxa de emprego jovem é de 2,7%;
- A taxa de feminização é de 57,4%;
- A idade média dos trabalhadores é de 51,8 anos;
- A licenciatura é o grau de habilitação dominante (48,4%), sendo a percentagem de recursos humanos com habilitação superior de 61,8% e o índice de tecnicidade de 62,8%;
- O índice de enquadramento de dirigentes é de 5,5% e o rácio de efetivos por dirigente é de 18,3;
- A taxa de absentismo foi de 6,1%;
- O leque salarial ilíquido é de 13,5, incluindo dirigentes;
- A taxa de participação em ações de formação profissional é de 36,8%, sendo os encargos com formação profissional marginais no total de encargos com o pessoal, 0,3%.



Secretaria-Geral da Educação e Ciência